



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

ALENTEJO 2020 **PORTUGAL 2020**

ENTIDADE PROMOTORA | **MUNICÍPIO DO CARTAXO**

DESIGNAÇÃO DO PROJETO | **PARU – REABILITAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO
RUA DE SÃO SEBASTIÃO,
LARGO DO PELOURINHO,
RUA E TRAVESSA DA REPÚBLICA**

OBJETIVO PRINCIPAL | **PROTEGER O AMBIENTE E PROMOVER
A EFICIÊNCIA DOS RECURSOS**

CUSTO TOTAL ELEGÍVEL | **559.540,47 €**

APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO EUROPEIA | **475.609,40 €**

 **UNIÃO EUROPEIA**
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Designação do projeto | PARU – Reabilitação Espaço Público – Rua de São Sebastião, Largo do Pelourinho, Rua e Travessa da República

Código do projeto | ALT20-04-2316-FEDER-000080

Objetivo principal | Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos

Região de intervenção | NUTS III - Lezíria do Tejo

Entidade beneficiária | MUNICÍPIO DO CARTAXO

Data da aprovação | 31-10-2018

Data de início | 11-10-2016

Data de conclusão | 30-09-2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Custo total elegível | 559.540,47 €

Apoio financeiro da União Europeia | 475.609,40 €

Apoio financeiro público nacional/regional | 83.450,78€

Objetivos, atividades e resultados esperados

A presente candidatura diz respeito a 3 arruamentos/espços públicos do centro histórico da cidade do Cartaxo, pretendendo-se reabilitar uma área total de 5.949 m2, dividido da seguinte forma:

1. Rua de São Sebastião - 3.293 m2;
2. Largo do Pelourinho - 599 m2;
3. Rua e Travessa da República - 2.057 m2.

Estes arruamentos fazem parte das mais antigas ruas da cidade, ruas estas que, com o passar dos anos, foram substituídas em importância - comercial e/ou de tráfego - por outras. Tal facto, levou a que fossem totalmente negligenciadas, sendo visível o desinvestimento realizado nas últimas décadas no espaço público, apresentando-se totalmente degradado e impróprio para a utilização confortável e em segurança por parte do peão.

Pretende-se com as intervenções que se querem efetuar, tornar o espaço público da cidade mais amigo do seu utilizador, permitindo a sua fruição especialmente por parte do peão, sem barreiras, com facilidade de movimento, mais confortável e, idealmente, esteticamente mais apetecível. Desta forma, pretende-se criar interesse na população para voltar a fixar a sua vida no centro da cidade. Está-se certo que a reformulação do espaço público alterará por completo a imagem hoje tida pelos habitantes destes espaços, tornando-os mais apetecível e, por isso, mais utilizados. Assim, parece ser este o momento ideal, aproveitando o presente Aviso, para realizar uma intervenção de fundo, a qual se apresenta - ao nível de todos os projetos das especialidades - devida e racionalmente pensada. A não revitalização e qualificação destas artérias chave da cidade contribuirá para que a mesma permaneça não apetecível para a fixação de pessoas/habitantes. Sem o elemento principal de qualquer espaço urbano - os seus habitantes/utilizadores - não será potenciada a instalação de atividades económicas e continuará o espaço devoluto - sem utilização. É a utilização dos espaços que leva à sua contínua manutenção, nomeadamente do edificado. Consequentemente, a manter-se o atual estado de abandono, corre-se o risco de, num futuro próximo, toda esta área de relevante interesse arquitetónico local, desaparecer irremediavelmente.

A presente intervenção constitui a 2.ª fase do projeto alargado que se estenderá pela área antiga do Cartaxo:

1. R. Mouzinho de Albuquerque (1.ª fase, já concluída - 2.903 m2);
2. R. São Sebastião, Largo do Pelourinho, R. e Trav. da República (2.ª fase, a que se refere a presente candidatura - 5.949 m2);
3. R. Serpa Pinto e Largo de São João Batista (3.ª fase, cuja candidatura encontra-se aprovada).

Os objetivos da intervenção macro são:

- A introdução de medidas de acalmia de tráfego que têm como objetivo a redução dos impactes negativos do tráfego motorizado e a conseqüente melhoria das condições de circulação dos modos ativos de deslocação, uma maior segurança e, naturalmente, uma melhor qualidade do ambiente urbano, mais concretamente:

- Revalorização social do espaço público, através de uma partilha mais equilibrada do espaço por parte dos diferentes utilizadores;
- Melhoria das condições de deslocação e de utilização do espaço público, favorecendo uma vivência e convívio equilibrados;
- Melhoria das condições de segurança para todos os utilizadores do espaço, em particular para os mais vulneráveis;
- Diminuição das agressões ambientais conseqüentes ao tráfego motorizado – redução das emissões de ruído;
- Dissuadir o tráfego de atravessamento.